

O controle sobre as empresas deve aumentar

por Christopher Bobinski
do Financial Times

Alguns ministérios poloneses planejam retirar o mínimo de independência ainda desfrutado pelas empresas do país com base nas reformas econômicas, advertiu o semanário econômico *Zycie Gospodarcze*.

O jornal, que defende a linha reformista no governo, revelou que o Ministério de Metalurgia e Engenharia preparou um documento preconizando a reorganização das empresas em "combinados" centralizados. A iniciativa, caso implementada, significaria a retirada do poder decisório em 185 empresas, abrindo também o caminho para a remoção de prerrogativas em outros setores.

"As preocupações com uma maior influência do Estado sobre a economia não passam de uma cortina de fumaça", afirma o jornal. "Em essência, o objetivo é reconstituir velhas estruturas e retornar aos velhos métodos burocráticos."

Diante do enfraquecimento da economia, estão crescendo as pressões para uma maior centralização, mas o projeto ministerial constituiu a mais clara iniciativa dos conservadores

para apresentar a sua posição.

A proposta parece ter recebido a aprovação condicional do vice-primeiro-ministro encarregado da economia, Zbigniew Messner, que declarou no mês passado que "não deverão ser tomadas medidas precipitadas, mas o assunto está atualmente sob estudo".

As empresas desfrutam agora maior grau de liberdade que antes de 1980, embora ainda continuem tolhidas por várias regulamentações e fortes racionamentos. Um dos motivos para o maior espaço de atuação foi a legislação de reformas de 1981, que aboliu as "uniões" de empresas que serviam para transmitir as instruções ministeriais, alocar recursos e administrar a força de trabalho.

Os ministérios que desejam o restabelecimento do firme controle sobre as empresas determinaram que isto somente poderá ser obtido através da reintrodução dos controles a nível intermediário. Um dos documentos oficiais, de acordo com o *Zycie Gospodarcze*, admite que as mudanças introduzidas pelas reformas "limitou em uma extensão significativa a influência do governo central sobre as empresas".